



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

1

1 Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às quinze horas, no Auditório Mario Covas,  
2 na Câmara Municipal, iniciou-se a reunião ordinária do COMUS, sendo presidida pelo Presidente Adelino  
3 Lidovino de Oliveira Pezzi, que iniciou pedindo a composição da Mesa, começando pelo Secretário de  
4 Saúde Dr. Oswaldo Huruta, o Vice-Presidente André Luis dos Santos, a 1ª Secretária Meire Cristina  
5 Ghilarducci e o 2º Secretário João Carlos Aparecido Machado. O **presidente Adelino** iniciou a reunião  
6 dando as boas vindas aos visitantes, representantes da Câmara Municipal e assessores, Sra. Silvana do  
7 Vereador Wagner Balieiro, Guilherme Osnan, Dr. Pedro Ortiz e Sandra Traldi do Vereador Dr. Elton e  
8 Andreia do Vereador Marcão. Passou a palavra para a conselheira Meire para que ela fizesse a  
9 comunicação das ausências justificadas dos conselheiros. A **conselheira Meire** deu início às justificativas  
10 dos conselheiros ausentes na reunião de 25/07/2018: Wagner Marques – Gestor, Roberto Lage Guedes –  
11 Usuário, Laura Maria Marroco Nogueira – Usuário e Umberto Ghilarducci Neto – Usuário. Citou que essas  
12 pessoas são as que comunicaram a ausência e que eles estão dando a visibilidade. Relatou que se houver  
13 mais alguma notificação ao longo da reunião eles irão fazer um aditivo até o final da mesma. O  
14 **presidente Adelino** lembrou aos munícipes que querem se inscrever para fala no final, tem até 15  
15 minutos após o início da reunião para se inscrever dando seus motivos, onde o assunto deve ser somente  
16 referente à saúde. Pediu para que o Vice-Presidente André fizesse a verificação de aprovação da ATA  
17 Ordinária Nº 04 e a conselheira Meire que fizesse a da ATA Ordinária Nº 05. O **vice-presidente André**  
18 comentou que já foi encaminhado por e-mail para cada conselheiro as ATAS e é solicitado que os  
19 conselheiros que tiverem algum apontamento, uma observação ou uma correção que seja encaminhada  
20 para a Secretária Executiva Érika. Citou que entende que alguém não tenha passado ou respondido esse  
21 e-mail, mas que nesse momento a pessoa pode se manifestar para correção de algum detalhe que passou  
22 despercebido na ATA. Iniciou a aprovação da ATA Ordinária Nº 04 de 19/06/2018, onde sem nenhuma  
23 manifestação ou abstenção a ATA Ordinária Nº 04 de 19/06/2018 foi aprovada por unanimidade.  
24 Continuando iniciou a aprovação da ATA Ordinária Nº 05 de 26/06/2018. O **conselheiro José Fernando**  
25 pediu que conste na ATA que a Secretaria de Saúde e os membros não participaram por não ter sido  
26 dado a palavra a eles. O **vice-presidente André** falou que será registrado nessa ATA, mas que gostaria de  
27 considerar, que como o conselheiro não estava na reunião desse dia, a Secretaria se ausentou da reunião  
28 antes da palavra da Secretaria, onde há um momento no rito que a Secretaria tem a palavra, ou seja, ela  
29 se ausentou antes da palavra da Secretaria. Citou que o apontamento está registrado, mas eles estão  
30 justificando que a Secretaria se ausentou antes dos informes da Secretaria. Falou que estavam no item A  
31 e antes do item B a Secretaria se ausentou totalmente. O **presidente Adelino** comentou que mesmo a  
32 Secretaria se ausentando com seus 5 conselheiros, ainda se tinha 23 conselheiros presentes, ou seja,  
33 válida as ações e o que aconteceu durante a reunião. O **vice-presidente André** continuando colocou a  
34 ATA Ordinária Nº 05 de 26/06/2018 em aprovação, onde não havendo manifestação de reprovação ou de  
35 abstenções será considerada que a ATA Ordinária Nº 05 de 26/06/2018 foi aprovada por unanimidade. O  
36 **presidente Adelino** dando continuidade, passou para os informes da Mesa Diretora, atividades do mês de  
37 julho, dia 06/07 a comissão de Acompanhamento e Fiscalização fez uma fiscalização no Hospital  
38 Municipal em cima da polêmica que foi noticiada do Glaucoma, 10/07 reunião com as comissões de  
39 Acompanhamento e Fiscalização, Políticas Públicas e RH onde foi apresentado o Plano Municipal que foi  
40 iniciado em dezembro mas que não foi concluído, dia 12/07 foi a eleição do CGU da UBS Campo dos



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

2

41 Alemães onde foi a UBS com o maior número de votantes com quase 400 votantes, dia 16/07 foi a eleição  
42 do CGU da UBS Jardim da Granja, dia 24/07 reunião das comissões do Contrato Glaucoma, onde estavam  
43 procurando fechar o que será apresentado hoje para todos e citou que na próxima quinta-feira haverá  
44 eleição do CGU da UBS Alto da Ponte. Falou que em relação aos crachás, para agilizar o processo de  
45 entrega, que o Sr. Renato Zecca que ajudou na confecção de um crachá mais bonito e como ele participa  
46 de quase todas as reuniões de CGUs nas UBS, ele irá entregar aos conselheiros que ainda não receberam  
47 nessas reuniões. Citou que iria dar posse aos conselheiros eleitos da UBS Campo dos Alemães. O **vice-**  
48 **presidente André** continuando falou que daria posse aos conselheiros titulares da UBS Campos dos  
49 Alemães e pediu que ficassem em pé para se apresentarem e no final será dada uma salva de palmas  
50 coletiva para todos, titulares – Aloísio Coelho, José Maria Marçal Barbosa e Luiz Carlos da Silva, suplentes  
51 – José Rocha da Conceição, Gustavo Ferreira de Lima e Luiz Carlos Ribeiro Pereira. Citou o resultado da  
52 eleição da UBS Jardim da Granja que aconteceu no dia 16/07/2018 com 209 participantes do processo  
53 eleitoral, titulares – João Nicolau da Silva, David Carlos de Jesus, Maria Aparecida de Fatima dos Santos e  
54 suplentes – Maria do Socorro dos Santos, Tamires Vanessa dos Santos e Varlei Everton Menconi. Falou  
55 que esses são os conselheiros que foram empossados no dia de hoje das unidades UBS Campo dos  
56 Alemães e UBS Jardim da Granja. O **presidente Adelino** comentou que ele e a conselheira Laura Marrocco  
57 se inscreveram para o 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (ABRASCÃO) que vai ser realizado nos  
58 dias 26,27, 28 e 29 de julho no Rio de Janeiro. Citou que como possui outras atividades, como uma  
59 intimação fora de São José dos Campos e que ele precisa estar lá por ser o preposto e que devido a  
60 conselheira Laura Marrocco estar acamada, infelizmente de última hora não teve como fazer as devidas  
61 substituições, mas que agradece a boa vontade da Secretaria que correu para fazer as inscrições, mas que  
62 deu tempo de cancelar as inscrições sem que houvesse despesa adicional. Agradeceu ao Secretário pelo  
63 empenho da Secretaria. Passou a palavra para o **Dr. Oswaldo** que agradeceu a presença de sua diretoria e  
64 que hoje era um dia muito especial para ele em razão de que sua filha, que é psiquiatra, está fazendo  
65 aniversário. Comentou a pesquisa de indicador de satisfação de serviços públicos que foi publicada no dia  
66 02/02/2018 e São José dos Campos ficou em primeiro lugar em saúde pública onde foi a única que teve  
67 grau médio em satisfação de saúde pública entre as 10 maiores cidades do Estado de São Paulo. Citou  
68 que segundo a UBD (União Brasileira de Divulgação) na lista dos 100 melhores Secretários do Brasil,  
69 metodologia da pesquisa, saúde, infraestrutura e transparência pública, no Ranking Nacional, o Estado de  
70 São Paulo em 2017, São José dos Campos ficou em segundo lugar nestes requisitos. Falou que a  
71 campanha de vacinação de Poliomielite teve uma mudança conforme orientação do Ministério da Saúde  
72 e a Secretaria do Estado de São Paulo também. Comentou que a campanha ocorrerá do dia 4 a 31 de  
73 agosto de 2018, mas que houve uma mudança, os dias de mobilização da campanha que seriam no dia 18  
74 de agosto, agora serão em duas datas, dia 4 e dia 18 de agosto de 2018. Citou que o público alvo na  
75 campanha são as crianças de 1 ano a 4 anos, 11 meses e 29 dias e funcionará em 20 unidades básicas de  
76 saúde das 8 às 17 horas, onde a meta é atingir pelo menos 100% do público alvo. Relatou que foi pedido à  
77 Secretaria de São Paulo e ao Ministério 100 mil doses da vacina e estão aguardando chegar para a  
78 campanha e chegando essa quantidade eles terão vacinas suficiente para fazer uma boa cobertura de  
79 quase 100% para a cidade. Falou que o Ministério da Saúde alega que a cobertura no Brasil hoje é de 77%  
80 o que é baixo para quebrar a cadeia epidemiológica dessa doença que pode ser transmitida para a



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

3

81 população, ou seja, uma coisa que estava erradicada está voltando. Citou que o Ministério recomenda  
82 que se consiga uma cobertura de mais de 95% e que 44 municípios do Estado de São Paulo estão com  
83 risco de Poliomielite e 312 cidades do país estão na lista dos municípios que não conseguiram atingir nem  
84 a meta de 50% de cobertura vacinal, o que é muito grave, em razão de que se tendo apenas um caso de  
85 criança com Poliomielite pode ser o foco inicial para que seja criada uma epidemia. Afirmou que pode ser  
86 criada uma epidemia se tiverem pessoas que não tiverem sido vacinadas contra Poliomielite e por isso a  
87 pessoa pode contrair a doença, mas agora as pessoas que tiverem vacinado não tem o risco de ter o  
88 alastramento dessa doença, por isso a vacinação é importante. Falou que as pessoas precisam estar  
89 imunizadas, pois as pessoas que vem do exterior com a doença para a cidade e não tiverem sido  
90 vacinadas, vão contrair a doença e disseminar para outras pessoas que não tem a cobertura vacinal. Citou  
91 que os pais tem uma responsabilidade muito grande em relação a levar seus filhos para vacinar e assim  
92 orientar os colegas e amigos sobre a importância da vacinação. Comentou que com o Sarampo é a mesma  
93 coisa, como problema da cobertura vacinal e responsabilidade dos pais em levarem seus filhos para  
94 vacinarem. Falou que segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) o Sarampo aumentou também em  
95 todo o mundo, o pico dessa doença foi registrado no mês de março de 2018, onde foram identificados  
96 quase 26 mil casos de Sarampo só nesse mês. Citou que no relatório divulgado pela OMS em parceria com  
97 a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) alerta para os casos de Sarampo que está ocorrendo  
98 no mundo todo, onde os números mostram que em 2018 foram registrados 80 mil casos da doença,  
99 geralmente nos países como Uganda, Nigéria, África e Venezuela. Comentou que surtos no Brasil tiveram  
100 2 em Roraima e até o dia 27 de junho foram confirmados 265 casos de Sarampo no Amazonas onde a  
101 maioria está sob investigação para a confirmação. O **conselheiro Isidio** comentou que a aparição do  
102 Sarampo ocorreu via entrada das pessoas que saíram da Venezuela e vieram ao Brasil por Roraima. Falou  
103 que não houve uma ação na barreira para que a hora em que o pessoal começasse a entrar tivesse esse  
104 sistema de vacinação. Citou que agora está tendo esse sistema de vacinação para quem entra, mas os  
105 casos que já entraram eles terão que resolver. O **secretário Dr. Oswaldo** falou que as pessoas que moram  
106 nessa região, se tivessem sido vacinadas, imunizadas corretamente não teriam pego o Sarampo e em  
107 razão de não terem feito adequadamente a vacinação é que se contrai essas doenças. Por isso a  
108 importância da vacinação adequada. Comentou que a Terceira Avaliação da Densidade Larvária (ADL) que  
109 está sendo realizada pelo CCZ, começou dia 16 de julho e termina no dia 31 de julho. Citou que a  
110 Avaliação da Densidade Larvária tem como objetivo checar os níveis de infestações de larvas do mosquito  
111 Aedes Aegypti nas residências, onde esse levantamento possibilita saber e conhecer onde há maior  
112 predominância de criadouros de cada bairro e região. Falou que também é conhecido como Índice de  
113 Breteau, que é um indicador epidemiológico e um valor numérico que define a quantidade de insetos em  
114 fase de desenvolvimento encontrada em habitações humanas pela quantidade de imóveis vistoriados, é  
115 utilizado no Brasil para determinar a infestação do mosquito da Dengue. Falou que o Índice de Breteau ou  
116 Avaliação da Densidade Larvária acima de 1 ou até 3.9 são considerados como situação de alerta, índice  
117 superior a 4.0 são tidos como risco de surto e o índice de taxa 0.1 é considerado baixo. Citou que estão  
118 sendo vistoriados quase 13 mil imóveis de 345 quadro/município, são 70 agentes fazendo esse trabalho  
119 de 7 equipes. A primeira foi realizada em janeiro que beirou o índice de 1.4 que representa estado de  
120 alerta em relação a infestação do mosquito e a segunda feita em abril apresentou um índice bem menor



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

4

121 de 0.6 que indica que o município apresenta bom nível. Comentou que finalizando a Campanha da  
122 vacinação que contém o Influenza, a estimativa de vacinação em São José era de aproximadamente 140  
123 mil pessoas do grupo de risco, a meta do Ministério da Saúde era vacinar 90% da população de risco e a  
124 campanha na cidade que começou dia 23 de abril de 2018 e que terminou dia 30/06 chegaram a imunizar  
125 125.930 mil pessoas do grupo de risco, onde dá uma cobertura de 90,21%, que é acima daquilo que o  
126 Ministério da Saúde recomenda que é 90%. Falou que no início do ano tiveram 193 notificações do grupo  
127 de Influenza, onde desse total de notificação 97 foram negativos, 84 ainda aguardam resultados, mas que  
128 infelizmente tiveram 2 óbitos que foram justamente pessoas que não se vacinaram. Citou que ofertas de  
129 consultas médicas eles tiveram um aumento de 23% no primeiro semestre de 2018, a Prefeitura ofertou  
130 quase 340 mil consultas nas unidades básicas de saúde do município no primeiro semestre desse ano e  
131 esse número é 23% maior de disponibilizado e ofertado do que no ano passado que foi 275.626 mil.  
132 Comentou que nesse primeiro mês já foram 64 mil quase 300 consultas a mais nesses primeiros 6 meses,  
133 as consultas oferecidas na rede básica são: na especialidade de clínica médica, ginecologia, obstetrícia e  
134 pediatria onde houve um aumento registrado bem significativo em relação ao ano passado, a média  
135 disponibilizada são 11 mil consultas nessa modalidade somente na Atenção Básica e agora está sendo  
136 contratado mais 30 profissionais para atender essa demanda da unidade básica de saúde. Falou que com  
137 as consequências da greve dos caminhoneiros, foi tomada uma Medida Provisória de Nº 839 publicada  
138 em 11/06/2018, onde a saúde foi a mais afetada assim como a educação e a segurança pública que  
139 sofreram cortes para bancar a perda de 9,5 bilhões que foram retirados da receita para serem usados na  
140 Secretaria, na Saúde, Educação e Segurança para manter a política de preço da Petrobrás e subsidiar o  
141 preço do óleo diesel. Afirmou que o prejuízo recaiu principalmente sobre a saúde pública que deixará de  
142 receber cerca de 135 milhões por meio do Fundo Nacional de Saúde, que é utilizado em ações e  
143 programas para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Comentou que essa era a fala da Secretaria  
144 e que queria mostrar algumas coisas que eles estão fazendo na Secretaria de Saúde mesmo com todas as  
145 dificuldades financeiras, em razão de que o Ministério tem diminuído o repasse para eles assim como o  
146 Estado. Afirmou que eles estão preocupados com a saúde da população e tem feito o máximo de esforço  
147 possível para atender bem a todos. Voltando ao **presidente Adelino**, comentou que gostaria de registrar a  
148 presença dos assessores do Dr. Elton que é o presidente da comissão de Saúde da Câmara, Sr. Guilherme,  
149 Dr. Pedro Ortis, Sra. Sandra e também da Vereadora Dulce Rita, que faz parte da comissão de Saúde da  
150 Câmara e a Sra. Andreia que é assessora do Vereador Marcão da Academia. Falou que na semana  
151 passada, o Vice-Presidente André deu uma entrevista na TV de um descaso, sendo uma responsabilidade  
152 da Secretaria do Estado de São Paulo. Um descaso com o cuidado com os medicamentos de alto custo e  
153 na apresentação do Plano de Saúde, foi discutido junto com a conselheira Carolina Buck a respeito de  
154 alguns roubos que aconteceram nas unidades onde o pessoal desliga a energia e acaba se perdendo  
155 material, mas parece que a Secretaria está fazendo um projeto para evitar esse tipo de perda e ter um  
156 controle melhor. Pediu para o Vice-Presidente André falar um pouco desse assunto e o que o  
157 COMUS/Secretaria, embora se saiba que é de âmbito do Estado, o que eles podem fazer com o pessoal  
158 responsável por isso e que a Secretaria se caso quisesse, ela poderia complementar ou falar de ações que  
159 ocorre com os medicamentos que é de responsabilidade do município. O **vice-presidente André**  
160 comentou que semana passada ele foi surpreendido por um pedido de entrevista na TV Vanguarda onde



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

5

161 falaram que a pauta era sobre armazenamento de medicamento. Falou que essa solicitação foi atendida,  
162 mas que foi pego de surpresa, em razão de que ao chegar lá montaram um estúdio e mostraram algumas  
163 imagens e vídeos de armazenamento de alguns medicamentos que são de alto custo e de  
164 responsabilidade do Estado. Diante disso foram verificadas várias inadequações com relação a  
165 armazenamento que gera um risco para a saúde da população e um risco na distribuição. Foram  
166 mostrados alguns problemas com relação ao controle térmico desses medicamentos, onde alguns desses  
167 medicamentos são chamados de termolábeis que precisam ficar em uma temperatura entre 2°C e 8°C, foi  
168 verificado que algumas dessas geladeiras desses locais de armazenamento não estavam ligadas ou  
169 estavam quebradas e estavam armazenando os medicamentos de forma inadequada. Afirmou que isso  
170 foi diante das imagens que o produtor apresentou para ele. Citou que passou o seu parecer, o que de fato  
171 estava sendo visto era um armazenamento de forma inadequada e que isso poderia comprometer a  
172 qualidade e a segurança do medicamento e gerando um risco para a população. Falou que também tem o  
173 problema do custo dos medicamentos e a questão do desperdício em razão de que são medicamentos de  
174 alto custo, onde eles possuem a dificuldade de distribuição e a aquisição do medicamento por parte do  
175 Estado, a distribuição para a população é difícil e se vê constantemente no Conselho Municipal de Saúde  
176 de São José dos Campos cidadãos ou a população reclamando de falta de medicamento, onde muitos  
177 desses medicamentos são de responsabilidade do Estado. Falou que se viu nessas imagens,  
178 medicamentos armazenados de forma inadequada e caixas e caixas de medicamentos extremamente  
179 caros, vencidos, ou seja, desperdício de insumos/medicamentos, desperdício de dinheiro público e o pior,  
180 que é o prejuízo para a população que acaba não recebendo ou recebendo o medicamento de forma não  
181 adequada. Comentou que diante disso foi perguntado o que o Conselho de Farmácia faria diante das  
182 informações levadas ao Conselho e o que foi informado é que diante da informação recebida é que seria  
183 acionada a sua fiscalização, onde feito isso, foi acionado a fiscalização e ao chegar na unidade onde é  
184 armazenado esses medicamentos, que é em São José dos Campos na Avenida Borba Gato, foram  
185 verificadas algumas inadequações, porém, muitas das questões que foram apontadas com relação as  
186 imagens que foram apontadas para ele, algumas alterações e adequações foram feitas, mas ainda  
187 existiam algumas adequações a serem feitas. Falou que o local, para sua surpresa, não era registrado no  
188 Conselho Regional de Farmácia, ou seja, para o Conselho Regional de Farmácia aquele estabelecimento  
189 não existia, estava irregular e foi autuado. Afirmou que foram pegos de surpresa diante do que estava  
190 acontecendo, a reportagem foi para o ar, inclusive o produtor foi em outro dia fazer uma inspeção  
191 novamente no local e se deparou com outras situações de inadequações com relação a freezers  
192 desligados. Citou que essa ação que aconteceu foi uma ação coordenada em todo o Estado de São Paulo  
193 através do Tribunal de Contas da União, que fez um pente fino em todas as farmácias de alto custo do  
194 Estado de São Paulo, ou seja, não foi uma coisa apenas de São José dos Campos, ocorreu também em  
195 Bauru, Presidente Prudente, Campinas, São Paulo e Alto do Tiete e eles também não ficaram de foram  
196 dessa inspeção do Tribunal de Cotas da União. Lembrou que a primeira inspeção foi feita acerca de dois  
197 meses atrás com o envolvimento da vigilância sanitária de São José dos Campos junto com o Tribunal de  
198 Cotas da União e nesse ato da inspeção foram verificadas algumas inadequações que posteriormente  
199 algumas foram resolvidas e outras como verificado na última inspeção não foram. Falou que esse é o  
200 parecer do que aconteceu nesses últimos dias, é responsabilidade deles como COMUS, apesar dessa



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

6

201 unidade ser do Estado, eles também precisam estar atentos para fiscalizar esse estabelecimento também,  
202 mesmo sendo do Estado, a Vigilância Sanitária Municipal também tem a responsabilidade de fiscalização  
203 e todos eles que sofreram com a falta e desassistência da medicação, principalmente essa medicação de  
204 alto custo que é para aqueles pacientes em que a grande maioria não tem condições de comprar um  
205 medicamento de R\$500 ou R\$ 1.000 em uma caixinha. Perguntou se alguém da Secretaria gostaria de  
206 falar algo sobre a inspeção que a vigilância sanitária municipal fez no local, o andamento, se teve alguma  
207 denúncia na vigilância sanitária municipal ou não. O **conselheiro José Fernando** esclareceu que o remédio  
208 de alto custo é de responsabilidade da União e do Estado, ou seja, esse remédio a União compra uma  
209 parte e outra parte o Estado compra, vem para o almoxarifado do Estado para o Estado distribuir para  
210 todas os municípios e eles são obrigados a distribuir para a população. O **vice-presidente André**  
211 comentou que de fato a distribuição do medicamento é de responsabilidade do Estado, mas o município  
212 também tem a responsabilidade de vistoriar aquele estabelecimento como vigilância sanitária. Afirmou  
213 que a vigilância sanitária e o Conselho Regional de Farmácia de São José dos Campos estão a par da  
214 situação e estão tomando as providências necessárias e agora é preciso esperar a resposta do Tribunal de  
215 Contas da União. O **presidente Adelino** comentou que voltaria a insistir que a Secretaria como um todo  
216 ela esquece do Conselho Municipal de Saúde, que a legislação e a Lei diz que é um dos órgãos fiscalizador  
217 e que só tomaram conhecimento por causa dessa reportagem. Afirmou que isso não está afetando  
218 somente a saúde dos munícipes de São José dos Campos, mas também as dos vizinhos da região.  
219 Continuando e dando sequência no rito, falou que queria saber se tem pedido de inscrição de matéria na  
220 ordem do dia para a próxima reunião Ordinária. O **conselheiro João Carlos** comentou que gostaria de  
221 **propor para uma próxima reunião uma apresentação por parte da Secretaria sobre o COAPES** em razão  
222 de que muita gente desconhece o que é e para o que serve e como está a situação disso aqui em São José  
223 dos Campos, se já existe o Comitê Gestor e como isso está. O **presidente Adelino** falou que nesses  
224 últimos meses para os conselheiros do COMUS que fazem parte desse Comitê, tinham sido planejadas  
225 algumas reuniões para primeiro definir o regimento e que o Dr. Germano possui algumas informações,  
226 mas que antes ele tinha o trabalho da universidade e o trabalho do município que precisam ser feito.  
227 Afirmou que entrará na sequência das solicitações. Citou que iria levantar o pedido de inscrição na ordem  
228 do dia de assunto emergencial devidamente justificado e aprovado por maioria desse colegiado para  
229 hoje. O **conselheiro Isidio** comentou que **gostaria que fosse abordado o assunto sobre a prorrogação de**  
230 **mandato do Conselho para não coincidir com as Conferências**. Perguntou como está essa situação. O  
231 **presidente Adelino** agradeceu o conselheiro por ser um item de extrema importância e que essa  
232 proposta ele precisaria da aprovação do Conselho. Pediu para o Vice-Presidente André colocar em  
233 votação se eles tratariam dessa pauta solicitada pelo conselheiro. O **Vice-Presidente André** pediu ao  
234 presidente Adelino que esclarecesse a proposta do conselheiro Isidio, pois não tinha ficado muito claro. O  
235 **presidente Adelino** comentou que tiveram alguns meses atrás uma conversa junto com as comissões  
236 sobre a situação de eleição desse ano, da data de eleição normal que está prevista para novembro e  
237 assim sucessivamente. Citou que avaliando, no próximo ano tem a Conferência Municipal de Saúde, onde  
238 a partir de março o Conselho e a Secretaria tem que começar a preparação para as Conferências  
239 Regionais que são seis, depois tem a Conferência Municipal, depois tem a Conferência Regional, depois da  
240 Regional tem a Estadual e depois da Estadual tem a Nacional e conversando com um dos técnicos da



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

7

241 Secretaria, o Sr. Clarisvan, foram tiradas algumas dúvidas de alguns assuntos, pois o Sr. Clarisvan  
242 participou da reunião representando a Secretaria e na comissão ficou definido que o Conselho tinha duas  
243 ações, ou o conselho antecipa as eleições e que precisaria de uma resposta rápida em razão de que para  
244 se ter a eleição do Conselho tem prazos, para o Conselho antecipar para não coincidir com a próxima  
245 eleição municipal e existe uma resolução que recomenda que não coincida com o ano eleitoral, ou para  
246 prorrogar, o que já aconteceu no passado e para isso seria preciso um decreto municipal do Prefeito.  
247 Falou que primeiro eles fizeram essa reunião, foi conversado com a Secretaria, segundo o Sr. Clarisvan  
248 Secretaria e a Procuradora, deram sinal verde, foi trazido para o Pleno e teve aprovação por  
249 unanimidade. Citou que para a surpresa deles no dia 27 de junho, o despacho do Secretário, às 11h56min  
250 foi que ele indeferiu, ou seja, segue o rito normal. O **vice-presidente André** lembrou que o certo seria eles  
251 aprovarem o assunto emergencial de pauta para hoje. Falou que pela solicitação do conselheiro Isidio ele  
252 gostaria de colocar em votação para aprovação para que fosse discutido a questão das eleições do  
253 COMUS antecipação ou prorrogação do mandato dos conselheiros do COMUS como o presidente Adelino  
254 vai explicar com mais detalhes. Comentou que gostaria de colocar em processo de votação se eles podem  
255 colocar esse assunto como ordem do dia, discutir isso em um período de tempo de 10 a 15 minutos no  
256 máximo, pediu para que os conselheiros a favor se mantenham como estão e os conselheiros contrários a  
257 essa discussão que se manifestassem. Passou a palavra para o conselheiro José Fernando que queria  
258 justificar seu voto. O **conselheiro José Fernando** falou que para por em votação, tem um estatuto e um  
259 Regimento. O **presidente Adelino** afirmou que está seguindo o Regimento e qualquer coisa era só ler o  
260 Regimento. Citou que não aceitaria a justificativa do conselheiro, pois ele está seguindo o Regimento. O  
261 **vice-presidente André** lembrou que eles estão no item D da pauta onde fala sobre pedido de inscrição de  
262 ordem do dia de assuntos emergenciais e que qualquer conselheiro pode apresentar um assunto  
263 emergencial para colocar em pauta desde que seja votado pelo Pleno. Afirmou que a voz é somente para  
264 os conselheiros. Pediu para os conselheiros que são contrários a colocação do assunto de ordem  
265 emergencial que se manifestassem, onde apenas 4 conselheiros foram contrários, conselheiros que se  
266 abstém da votação de colocação do assunto emergencial proposto pelo conselheiro Isidio que se  
267 manifestassem, onde não houve nenhuma abstenção, tiveram a aprovação, com quatro conselheiros que  
268 não aprovaram o assunto emergencial devidamente justificado pelo conselheiro Isidio e nenhuma  
269 abstenção. O restante dos conselheiros titulares presentes aprovaram a colocação do assunto  
270 emergencial proposto pelo conselheiro Isidio. O **presidente Adelino** continuando falou que respeitam  
271 qualquer decisão de qualquer pessoa desde que esteja dentro do rito. Citou que o que está sendo  
272 questionado e que o conselheiro está levantando e a Mesa Diretora tem a obrigação por estar no  
273 Regimento, é fazer cumprir as decisões do Pleno, foi feita uma pactuação com a Secretaria, teve uma  
274 aprovação integral do Pleno, inclusive com os conselheiros da Secretaria, sem nenhuma abstenção e o  
275 processo foi feito. Falou que mais de dois meses depois, e aprovado pelo Pleno, o Secretário dentro de  
276 seus direitos, indefere aquilo que foi pactuado. No Regimento o Secretário tem todo direito de rejeitar  
277 qualquer proposta deliberativa do Conselho, mas não foi respondido em 30 dias, pois se fosse respondido  
278 em 30 dias entraria de novo na pauta, se discutiria novamente, iria para a Secretaria novamente e teria  
279 15 dias para responder, se não responder o Conselho pode, se quiser encaminhar para o Ministério  
280 Público em razão de estar na Lei e no Regimento. Comentou que como isso aconteceu dia 27, após a



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

8

281 fatídica reunião, está na mão do jurídico avaliar e se o jurídico sinalizar eles terão dois caminhos, um é  
282 entrar com uma liminar pois há um problema de prazo para trabalhar com o que eles irão fazer, ou entrar  
283 com um processo no Ministério Público. Afirmou que a Mesa só pode tomar essa decisão e depois trazer  
284 para o Pleno depois desse parecer jurídico. O **conselheiro Isidio** perguntou se essa decisão já é final, se  
285 essa questão não será mais discutida e o prejuízo ficará para a própria Secretaria em razão de que não  
286 terá mais pessoas para fazer o trabalho ano que vem ou isso ainda é discutível, pode ser retomado e se  
287 tem um prazo para isso ser revisto. O **presidente Adelino** esclareceu que primeiro é preciso ver a posição  
288 do jurídico, mas que toda decisão cabe a Secretaria responder. Afirmou que o que está sendo  
289 questionado é que foi feito um rito, foi pactuado, tem um prazo para resposta e foi respondido atrasado  
290 uma coisa que já tinha sido concordado. **Após, passou a palavra ao Sr. Germano para que ele fizesse sua**  
291 **apresentação sobre a Universidade Anhembi Morumbi.** O **Sr. Germano** iniciou dizendo que já tiveram  
292 algumas apresentações a respeito desse tema e que tentaria se um pouco breve e que basicamente seria  
293 uma apresentação de quem é a Anhembi Morumbi e porque ela está aqui. Citou que em primeiro lugar o  
294 que ele queria apresentar para todos é quem são eles, por que eles estão em São José dos Campos e  
295 depois ele gostaria de falar um pouco de seu modelo pedagógico que repousa em 5 pontos importantes,  
296 onde um deles se conecta com o terceiro ponto que são os campos de estágios e finalmente será falado  
297 de suas contrapartidas, o que está sendo proposto dentro desse, porque eles estão aqui, o que eles estão  
298 tentando trazer de contribuição para o município de São José dos Campos. Iniciou sua apresentação  
299 comentando que possuem um Plano de fazer uma expansão para outros cursos de saúde, mas o objeto  
300 de tratamento que será tratado a todos é a medicina que é o objetivo número um que já está aprovado.  
301 Citou que queria comentar com todos o porquê de estarem aqui. Falou o primeiro ponto é que em 2013  
302 houve a prorrogação de uma Lei, a Lei dos Mais Médicos que regulamentava a abertura de novos cursos  
303 de medicina. A ideia era racionalizar e criar critérios para que novos cursos fossem abertos, e em 2013  
304 surgiu a Lei dos Mais Médicos que aborda vários pontos, incluindo as Diretrizes Curriculares Nacional da  
305 Medicina. Citou que em 2013 a partir dessa Lei, foi aberto uma concorrência e a partir de então só  
306 poderia abrir novos cursos de medicina mediante chamamento público. Comentou que em primeiro lugar  
307 eram mapeados os principais municípios que poderiam receber uma eventual faculdade de medicina para  
308 colocar ordem na história em razão de que não havia muito critério de onde abrir, tinha cidades bem  
309 menores que São José com 4 faculdades de medicina e muitos com o campo de estágio muito precário.  
310 Falou que a partir dessa Lei os municípios precisariam se candidatar dentro desse chamamento nacional  
311 para saber se seria aprovado ou não pelo Ministério para receber uma faculdade de medicina, ou seja,  
312 entre centenas de municípios que se candidataram no Brasil, existiam 37 vagas e no final das contas  
313 foram 39 município agraciados. Citou que os critérios usados para saberem quais municípios seriam mais  
314 ou menos indicados para receber uma faculdade eram vários, que incluía uma visita rigorosa do MEC. Em  
315 2013 foi feito um inventário entre outras coisas do aparelho municipal de saúde, se tem campo para  
316 colocar uma faculdade de medicina, se tem saúde pública suficiente, se tem hospitais, se tem Unidade  
317 Básica de Saúde, se tem estratégia de saúde da família e se tem as proporções necessárias. Falou que  
318 existia uma proporção de 5 leitos para cada aluno, onde o número de vagas dependia do números de  
319 leitos disponibilizados pelo município para que a faculdade pudesse operar, era preciso ter infraestrutura,  
320 a referência e a contra referência, saúde mental, onde tudo isso precisava ser avaliado e São José dos





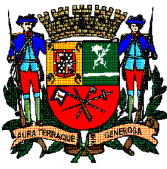
Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

9

321 Campos foi um dos municípios que ganhou. Comentou que São José ganhou apresentando esse  
322 documento e se comprometendo com exclusividade com os campos de estágio para quem ganhasse o  
323 certame, em 2014 surgiu um chamamento público para as instituições de ensino superior que gostariam  
324 de concorrer para explorar essas faculdades e por isso surgiu as empresas privadas que gostariam de  
325 explorar a faculdade de medicina em São José dos Campos, onde tinha os critérios para essa empresa  
326 ganhar ou não ganhar. Citou que tinha um certame e desse certame a Anhembi Morumbi foi a vencedora,  
327 mas que havia vários critérios, capacidade de investimento na região, histórico de sucesso de abertura de  
328 faculdade de medicina que deram certo, o que acontece com os egressos, qual o plano pedagógico.  
329 Comentou que o projeto pedagógico do curso deles tirou nota 10, que tinha que ter uma similaridade  
330 com a diretriz curricular nacional e tinha que ter uma conformidade. Falou que esse certame terminou no  
331 segundo semestre de 2016 e oficialmente no final de 2016 assinou-se um termo de compromisso entre a  
332 Anhembi Morumbi e o município de São José dos Campos para prosseguir na exploração desse campo,  
333 onde a partir daí a Anhembi Morumbi começou a tratativa da fase de obra, explorou-se o campo, foi feito  
334 o prédio, equipou-se e ao mesmo tempo começaram a fazer a capacitação e a seleção dos docentes para  
335 tudo isso. Comentou que o que aconteceu para que eles ganhassem isso foi que eles possuem várias  
336 rubricas e o município possui algumas prerrogativas em relação a eles, a troca é que o município garante  
337 os campos de estágio e a Anhembi Morumbi faz algumas contrapartidas para o município e essa é uma  
338 parceria que está regulamentada na Portaria Interministerial. Citou que as contrapartidas que eles  
339 precisam ter com o município. Em primeiro lugar eles precisam repassar 10% do faturamento bruto da  
340 faculdade todos os anos para o município de São José dos Campos, o que significa que para cada R\$100  
341 que eles obtenham R\$10 serão repassados para o município, originalmente quando tiver em operação  
342 começa com um repasse de R\$1.100.000,00 e vai chegar a R\$6,7 milhões por ano. Falou que isso significa  
343 que todos os anos haverá um repasse de aproximadamente R\$6 milhões para o município a partir das 100  
344 vagas que eles propuseram de início, onde essa conta foi feita 100 vagas/alunos de medicina a R\$9.400  
345 mil, que é o valor da mensalidade. Citou que esse repasse anual é feito em 4 rubricas e que isso não pode  
346 ser feito fundo a fundo segundo o jurídico da Anhembi Morumbi sobre conhecimento do contrato.  
347 Comentou que eles possuem uma rubrica chamada bolsa de residência médica, ou seja, eles tem a  
348 obrigação nessa Lei de dar 100 bolsas de residência quando o primeiro egresso tiver saindo da faculdade  
349 eles já precisam estar com 100 bolsas operacionais de residência, sendo 70% dessas bolsas na área de  
350 estratégia de saúde da família. Afirmou que esse currículo é feito completamente voltado para o SUS e só  
351 para o SUS, eles não podem fazer nenhum tipo de inserção de alunos em hospitais particulares em razão  
352 de que esse certame foi feito para formar médicos para o SUS, médicos bons, generalistas e com o  
353 currículo completamente focado na Diretriz Curricular Nacional. Falou que possuem 100 vagas de  
354 residência e eles precisam abrir paulatinamente ano a ano até quando a primeira turma estiver se  
355 formando. Citou que em bolsa de residência médica, se não conseguirem bolsa externa, eles terão que  
356 custear as bolsas e outra estratégia para ver aonde será usado esse dinheiro anualmente para as 100  
357 vagas é ver se pode ser colocado em equipamentos, onde o que importa é que quem vai decidir aonde  
358 esse dinheiro será aplicado será o Comitê Gestor do COAPES. Comentou que o COAPES é um contrato de  
359 organização para essa finalidade, essa tratativa que é Interministerial ela não está no meio das  
360 negociações municipais em razão de que já estão definidos os campos de estágio mediante a uma Lei



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

10

361 Federal, o que pode ser e deve ser discutido no COAPES é ver qual é o percentual de aporte desse  
362 dinheiro para cada rubrica. Afirmou que é infraestrutura, equipamentos, bolsa de residência médica ou  
363 capacitação e treinamento. Citou que além disso, eles possuem outras obrigações, eles precisam dessas  
364 100 vagas e 10 vagas são reservadas prioritariamente para alunos carentes, ou seja, é um tipo de cota  
365 socioeconômica. Sobre o que foi falado até agora foi o porquê eles estão aqui, eles estão alinhados por  
366 uma Lei Federal e essa Lei Federal os amarra ao município, ou seja, o município deve a eles e eles devem  
367 ao município. Comentou que para finalizar, o que eles tem para mostrar é a importância para eles da  
368 questão de campos de estágio. Citou que o Dr. Oswaldo tem sido muito acolhedor para a faculdade e eles  
369 tem tido um ótimo relacionamento no sentido de viabilizar tudo o que foi realmente acordado desde  
370 2013 para que isso seja nesse momento implementado. Falou que possuem a prática médica já no  
371 primeiro semestre, o primeiro semestre se iniciará em agosto, o vestibular será em 5 de agosto e dia 20  
372 de agosto as aulas se iniciarão, onde já no primeiro semestre eles já possuem alunos em campos de  
373 estágio, em unidades básicas de saúde, nos laboratórios de treinamento de simulação na própria  
374 Anhembi Morumbi e também no Hospital Municipal. Citou que possuem 5 pilares que são suas bases, que  
375 a Rede Laureate está em 25 países, sendo a controladora da Anhembi Morumbi onde possuem 600  
376 faculdades em todo o mundo e o quinto pilar, que é o pilar mais importante, é a articulação de campos de  
377 estágio. Comentou que tem a convicção de que São José dos Campos será um modelo importante a ser  
378 copiado por várias faculdades privadas e públicas no Brasil em razão de que o potencial de São José dos  
379 Campos é imenso nesse sentido. Foram visitadas várias Unidades Básicas de Saúde, várias unidades  
380 hospitalares, o complexo de saúde de São José e do Vale como um todo, mas principalmente São José, é  
381 um complexo extremamente rico onde se tem profissionais de altíssimo valor e que agora o que precisará  
382 fazer será viabilizar essa articulação de ensino docente assistencial, ou seja, valorizar quem está na ponta,  
383 capacitar o profissional que de fato está na prática, trazer o profissional para dentro da faculdade,  
384 intercambiar isso e ajudar os gestores a viabilizar isso do ponto de vista prático. Falou que só para  
385 sumarizar, 1 – eles estão aqui pois possuem um contrato que é firmado por uma Portaria Interministerial,  
386 2 – eles possuem quatro tipos de contrapartida que devem ao município, primeiro – bolsa de residência  
387 médica, infraestrutura, treinamento e capacitação e equipamentos e por último o município deve os  
388 campos de estágio que foram prometidos, que são 500 leitos hospitalares incluindo o Hospital Municipal,  
389 as Unidades Básicas de Saúde que por ventura serão utilizadas para que seja posto em prática aquilo que  
390 foi colocado. Falou que a partir dessa Portaria datada de 1 de junho de 2018 é permitido somente para  
391 universidades federais projeto de expansão de vagas e para as faculdades de medicina que estão  
392 vinculadas ao certame dos Mais Médicos, ou seja, essas 39 faculdades de 2013 para cá, é permitido até  
393 dobrar o número de vagas de medicina. Citou que começaram com 100 vagas e a partir dessa Portaria  
394 recém publicada, eles tem a possibilidade de ao invés de criar 100, criar 200 vagas em São José.  
395 Comentou que será preciso fazer um inventário do que já existe no município, a capacidade do  
396 município de acolher essas vagas e se isso for aprovado, se os gestores do município entenderem que isso  
397 é útil para o município, eles podem ter o dobro das contrapartidas e ao invés de fazerem R\$6 milhões ao  
398 ano podem fazer R\$12 milhões ao ano, mas que isso depende agora da aceitação do município em  
399 relação a essa expansão. Citou que ainda não possuem um prazo a partir do qual eles tem que fechar isso,  
400 foi sinalizado agora pelo Governo Federal essa possibilidade de expansão do número de vagas mediante a



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

11

401 um inventário da disponibilidade de leitos em leitos de estratégia de saúde da família com vagas  
402 métricas para que se seja pleiteado isso ao Ministério. Podem não aprovar 100 vagas, mas podem aprovar  
403 50 vagas e que depende do que será oferecido a eles. Finalizando falou que era preciso ver que é  
404 diferente o tratamento que é dado para quem está nesse certame com essa finalidade de formação de  
405 médicos para o SUS para desenvolver e ajudar a desenvolver as novas estratégias para o SUS e de quem  
406 está simplesmente abrindo uma nova vaga com nenhum compromisso com que de fato deve ser  
407 investido no município. O **conselheiro Isidio** comentou que ele e a grande maioria como munícipe, não  
408 ouviu o que falaram sobre qual a vantagem disso para o munícipe, em razão de que o médico estará  
409 atendendo o munícipe dentro de sua casa, ou seja, o sistema para usar a saúde da família já se tem  
410 equipes trabalhando nesse sentido e que isso traz uma vantagem competitiva da qualidade da saúde do  
411 munícipe. Afirmou que ele como munícipe não precisará mais ir ao posto de saúde em razão de que ele  
412 pode ter o médico dentro de sua casa fazendo o seu tratamento. A **conselheira Carolina Buck** falou que  
413 eles também tem o projeto de ampliação da estratégia com mais 56 equipes totalizando 100 até o final da  
414 gestão, hoje possuem 44 equipes em regiões Norte, Leste e uma na Oeste e eles tem essa previsão de  
415 aumentar essa demanda em razão da nova PNAB (Política Nacional de Atenção Básica), sendo que o  
416 Ministério prioriza o atendimento da Atenção Básica voltada a estratégia da saúde da família, onde essa  
417 parceria com as universidades é muito importante para fidelizarem os profissionais, pois a partir do  
418 momento que se tem residência médica, eles fidelizam esse funcionário ou médico na cidade melhorando  
419 a qualidade do atendimento. O **Sr. Germano** afirmou que sua diretriz curricular nacional está em  
420 consonância com a estratégia da saúde da família e por essa razão eles possuem a exigência de em cada  
421 100 vagas, 70 precisam ser para estratégia de saúde da família, mas não é somente disponibilizar, mas é  
422 preciso viabilizar enquanto gestão, ou seja, como eles podem fazer para que essas vagas sejam de fato  
423 preenchidas e que esses médicos sejam retidos após o término da residência, como eles motivam esse  
424 médico para que ele se mantenha lá, não só o médico mas todo profissional de saúde. Citou que esse é  
425 um instrumento muito importante, primeiro é discutir essa questão e segundo é tentar agir em  
426 consonância e parceria com os gestores públicos e com a comunidade para tentar viabilizar a estratégia  
427 de saúde da família como uma coisa relevante no Brasil. O **conselheiro José Marques** falou que vê o  
428 projeto como um potencial imenso do ponto de vista assistencial. Perguntou se já está previsto no futuro  
429 atividades na área de pesquisa. O **Sr. Germano** esclareceu que seu grupo docente ainda é embrionário  
430 em razão de que estão tratando do primeiro semestre, mas será aproximadamente 60 a 70 docentes no  
431 total para graduação. Afirmou que a pesquisa é uma prioridade deles. O **conselheiro Dan Iuri** falou que  
432 gostaria de saber se existe um projeto de residência e a parceria com a Prefeitura, se tem Plano de  
433 residência médica no Hospital Pio XII. O **Sr. Germano** explicou que a residência médica precisa ser  
434 colocada no município no SUS, eles tem que colocar uma vaga para cada egresso e dentro dessas vagas  
435 70% é para a estratégia de saúde da família, se ficarem com as 100 vagas 70 vagas para medicina de  
436 família e comunidade e 30 para as chamadas grandes áreas. Afirmou que medicina de família e  
437 comunidade é uma prioridade absoluta, mas que possuem interesse em todos os campos de estágio que  
438 podem ser úteis não só para isso, mas para o internato também. A **Vereadora Dulce Rita** comentou que  
439 foi falado que havia várias áreas de repasse para alguns investimentos inclusive em função de UBS.  
440 Perguntou se esse dinheiro poderia estar indo para a Prefeitura para ampliação do Hospital Municipal em



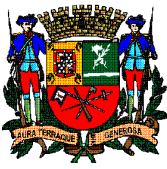
Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

12

441 razão das instalações e do volume de atendimentos e se isso também pode ser feito para ampliação de  
442 unidades já construídas. O **Sr. Germano** esclareceu que quando estavam discutindo ano passado no  
443 começo do COAPES uma das primeiras coisas que estavam tentando viabilizar era a UBS Novo Horizonte  
444 que estava em fase de reforma e a discussão foi se tentariam antecipar uma contrapartida, mas o Prefeito  
445 acabou tomando a decisão de custear com recursos próprios aquela unidade. A **Vereadora Dulce Rita**  
446 complementando falou que poderia ser feita uma carta para o Prefeito sinalizando possibilidades de ser  
447 usado esse recurso no Hospital Municipal em razão de que é ele quem vai receber todos os residentes e  
448 estagiários. O **Sr. Germano** explicou que isso é uma discussão ampla que todos os conselheiros e o  
449 pessoal que está no COAPES vai decidir qual é a prioridade e em sua experiência pessoal é que o hospital  
450 sempre é insuficiente, ou seja, se for focado basicamente no hospital e se for dobrado o número de  
451 hospitais na região provavelmente todos estarão cheios daqui um tempo. A **Dra. Emília Angela** comentou  
452 que na questão de pesquisa a Univap já tem dois institutos de pesquisa inclusive na área de saúde e que  
453 eles trabalham inclusive em parceria com o município fazendo levantamentos e fazendo trabalhos  
454 gratuitamente com recurso da Univap para o município. Afirmou que sem pesquisa eles não vão  
455 conseguir ir para frente com a saúde. Falou que a intenção do programa de saúde da família é justamente  
456 tirar o excesso de pessoas que vão desnecessariamente ao hospital. Citou que a expansão é importante,  
457 mas não se pode esquecer que se for priorizar o atendimento das pessoas em seu domicílio, se evita a  
458 demanda do hospital, se evita a demanda da UBS e se evita a contaminação. A **conselheira Carolina Buck**  
459 citou que a partir do momento que se qualifica e se dá um melhor atendimento na Atenção Básica que é  
460 a porta de entrada onde será feita a promoção a saúde e prevenção a doença, eles irão diminuir a  
461 estatística de internação hospitalar e reduzir o número de óbitos evitáveis. Falou que quando se qualifica  
462 a Atenção Básica e faz com que se consiga promover essa saúde dessa população isso irá diminuir o índice  
463 de internação. Citou que o trabalho que tentam fazer é ter mais pessoas dentro da Atenção básica e  
464 menos dentro da urgência e emergência e da média e alta complexidade. Afirmou que a questão da  
465 residência médica em estratégia de saúde da família em medicina da família e comunidade vem para  
466 fortalecer essa forma de atendimento para a população. A **Vereadora Dulce Rita** comentou que acha  
467 perfeito essas colocações e que tudo é um planejamento a longo prazo, mas que o Hospital Municipal é  
468 um problema para agora. O **conselheiro Daniel Tineu** falou que para ser feito a estratégia da família e  
469 colocar as atividades é preciso estar incluindo a equipe multidisciplinar. Perguntou quando a Anhembi  
470 Morumbi vai trazer os outros cursos de fisioterapia, psicologia e enfermagem já que vai estar no campo  
471 desde o primeiro semestre já com os alunos atuando, é preciso que todos estejam envolvidos em uma  
472 equipe multidisciplinar ensinado esses alunos a trabalhar em equipe e quando esse projeto se iniciará. O  
473 **Sr. Germano** comentou que no ano que vem o plano já é no segundo semestre de 2019 eles trazerem  
474 esses cursos mencionados, que no total são 6 cursos. Citou que inicialmente o projeto é enfermagem,  
475 psicologia, fisio, biomedicina e mais dois cursos que serão encaixados em razão de que a medicina  
476 sempre fica à frente e tinha uma urgência pela questão dos Mais Médicos. Falou que essa lei diz respeito  
477 a faculdade de medicina, as outras faculdades que serão trazidas será no campus na beira da Dutra, onde  
478 está sendo planejado um prédio em espelho e no total será 4.500 mil alunos de todas essas áreas. O  
479 **presidente Adelino** agradeceu o Sr. Germano pela excelente apresentação e pela disponibilidade. Dando  
480 continuidade na pauta pediu que o coordenador de uma das comissões que fizesse as colocações sobre o



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

13

481 Glaucoma. O **conselheiro Paulo Macedo** comentou que conforme foi informado pelo presidente Adelino  
482 e está na pauta, com relação ao contrato Glaucoma e o prestador Hospital Provisão, as comissões foram  
483 designadas para fazer uma fiscalização no que tange os atos pertinentes às próprias comissões. Citou que  
484 leria o que foi conseguido com as comissões que foram designadas para que todos entendam o que foi  
485 feito para dar um embasamento mais claro a todos. Primeiramente leu um trecho do Regimento Interno  
486 do COMUS no Capítulo I – Natureza e Finalidade-seção 4 Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, artigo  
487 33 – sobre as Comissões Técnicas e suas Atribuições e após, leu o **Parecer das Comissões sobre a**  
488 **fiscalização no Provisão e Hospital Municipal do Contrato Glaucoma: “CONTRATO GLAUCOMA ( HOSPITAL**  
489 **PROVISÃO X PREFEITURA SJC ) REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – COMUS - CAPÍTULO I**  
490 *Da Natureza e Finalidade Seção IV Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho Art. 33º- São Comissões Técnicas*  
491 *Permanentes e suas atribuições: I - Comissão Técnica de Políticas Públicas de Saúde atuará no acompanhamento da*  
492 *elaboração, implantação e avaliação das Políticas de Saúde do Município; II - Comissão Técnica de Orçamento e*  
493 *Finanças: atuará no acompanhamento da execução orçamentária da secretaria de Saúde; IV - Comissão Técnica de*  
494 *Ética: atuará mediante anuência do Plenário do Conselho Municipal de Saúde na apuração de possíveis infrações*  
495 *éticas relativas às responsabilidades e deveres dos Conselheiros; VII – Comissão Técnica de Acompanhamento e*  
496 *Fiscalização: acompanhará e fiscalizará os contratos e convênios de prestação de serviços, bem como o*  
497 *funcionamento das unidades de saúde do Município e das instituições prestadoras de serviços; - Regimento Interno*  
498 *aprovado na Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde - COMUS, realizada em 31 de agosto de 2016.*  
499 *Conforme exposto e após reunião com a Secretaria Municipal de Saúde em 24/06/2018, as Comissões de Políticas*  
500 *Públicas, Fiscalização, Ética e Orçamento, solicitaram agendamento para visita técnica com os prestadores, Hospital*  
501 *Provisão e Hospital Municipal, sob a gestão da SPDM. Portanto, em 11/06/2018, estivemos no Prestador Hospital*  
502 *Provisão para visita técnica , segue relatório que pudemos apurar até então, pois ainda não possuímos devolutiva*  
503 *da Auditoria Interna da Prefeitura Municipal e a conclusão da Denúncia encaminhada ao Ministério Público*  
504 *Estadual e Federal. Que as alterações das portarias realizadas pelo Ministério da Saúde e a falta de definição da*  
505 *Secretaria da Saúde através de reuniões com o Vice Prefeito e o prestador, quanto a possível alteração no fluxo da*  
506 *logística de compra dos colírios feita pela secretaria, para deixar apenas a dispensação de colírios ao prestador. Que*  
507 *o agravamento por repasses sem previsão específica contratual, pois não existe prazo definido entre a entrega do*  
508 *faturamento pelo prestador e a devida autorização do DRC para emissão de nota fiscal e só a partir da emissão*  
509 *começa há contar 15 dias para o efetivo pagamento, causando um espaço de recebimento em sua maioria superior*  
510 *a 50 dias causando um grande transtorno financeiro. 1. Sendo o Hospital Provisão 95% SUS dependente de verba*  
511 *pública e sem fluxo de caixa e a insegurança das definições do gestor sobre as alterações da portaria de glaucoma e*  
512 *segundo documentos e relatos testemunhais, a Secretaria da Saúde tinha pleno conhecimento das dificuldades que*  
513 *o prestador vinha tendo, bem como da decisão da entrega fracionada e pelos documentos apresentados pelo*  
514 *Prestador, ainda nos pareceu que o mesmo não só avisou como solicitou orientação tanto para definir sobre a*  
515 *compra dos colírios, quanto sobre a entrega dos colírios na rede. Ofício protocolado na secretaria em 05/01/2018,*  
516 *sobre as alterações necessárias do plano de trabalho. 2. Por fim, que em nenhum momento o prestador negou os*  
517 *fatos relatados e uma vez que a portaria deixou de carimbar verba FAEC passando para o MAC do município, assim*  
518 *como os outros valores recebidos dos demais serviços o prestador poderia utilizar as verbas recebidas da forma que*  
519 *achasse conveniente, e no caso específico, com os repasses em atrasos, as verbas recebidas foram utilizadas para*  
520 *pagamentos de funcionários, plantões médicos e fornecedores em geral, incluindo compra de colírios, ainda que de*



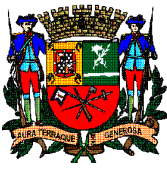
Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

14

521 *forma fracionada. 3. Ficou claro também que os atendimentos médicos e exames clínicos, foram realizados na sua*  
522 *integralidade. Em 06/07/2018 1. Em visita ao HM, foi apurado que a SPDM, foi requisitada pelo município para*  
523 *assumir os atendimentos de glaucoma, na consulta, exames e entrega dos colírios; 2. Que não houve tempo hábil*  
524 *para seguir o protocolo como preconizado, tendo o paciente recebido colírio para dois meses, conforme descrito na*  
525 *APAC do prestador anterior; 3. Que o local e equipe já estão em funcionamento; 4. Que qualquer documentação de*  
526 *credenciamento deverá ser feita pela secretaria; 5. Que deverá ser feito um aditivo contratual, pois este serviço não*  
527 *consta no plano de trabalho com a secretaria; 6. Que os atendimentos de urgência clínica e ou cirúrgicas de*  
528 *glaucoma, bem como outros atendimentos de Oftalmologia serão encaminhados ao Hospital Provisão. Finalizando,*  
529 *em virtude da decisão intempestiva da Secretaria da Saúde em ignorar o contrato assinado entre as partes, de*  
530 *ignorar a responsabilidade do Comus como órgão fiscalizador, e tendo as questões expostas acima, encaminhamos*  
531 *ao pleno para solicitar: -Contato com Ministério Público estadual, que já abriu inquérito civil de apuração, para*  
532 *acompanhamento do COMUS. - Ao Hospital Provisão, relatórios mensais de acompanhamento dos demais serviços*  
533 *contratados, objetivando fiscalização periódica, dos serviços contratados e dos repasses realizados. - Ao HM,*  
534 *relatórios mensais de atendimento de pacientes, com indicação de acompanhamento clínico, dispensação de*  
535 *colírios e pesquisa de satisfação, respeitando o fluxo e percentual já adotado pela instituição, bem como qualquer*  
536 *outra informação que julgar pertinente. - A Secretaria Municipal de Saúde, imediata inclusão de membros do*  
537 *Conselho Municipal de Saúde (Comus) nas Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Prestação*  
538 *de Serviços que complementam ou façam gestão da saúde no município. Concluindo: As comissões entendem que*  
539 *os caminhos adotados pela Secretaria Municipal de Saúde, em fazer denúncias nos órgãos judiciais, sem que tenha*  
540 *sido cumprido o rito contratual, onde ficam claro os passos de averiguação, advertência, multas e até cancelamento*  
541 *do contrato, bem como a falta de informação ao Conselho, causou um mal maior aos pacientes que já estavam sem*  
542 *a integralidade dos atendimentos. A situação até a presente data (visita ao HM em 06/07/2018) ainda não está*  
543 *resolvida. Embora constatemos a boa vontade da equipe do HM, a mesma não teve como atender os pacientes*  
544 *clinicamente, pois não tinham médicos disponíveis de imediato, não tendo como avaliar se no período em que o*  
545 *Prestador Hospital Provisão entregou colírios fracionados, tenha causado algum agravamento da doença aos*  
546 *munícipes do Programa Glaucoma. Sugestão: Deveriam ter feito uma intervenção no prestador sem prejuízo ao*  
547 *atendimento dos munícipes e sem prejuízo ao erário público, pois agora a prefeitura terá que assumir as despesas*  
548 *totais de atendimento com consultas e compra dos colírios sem obter o repasse Estadual e Federal confirmando a*  
549 *forma intempestiva e pouco produtora por parte da Secretaria Municipal de Saúde.” Comentou que isso foi o*  
550 *que as comissões deliberaram sobre a visita de fiscalização aos dois prestadores Hospital Provisão e ao*  
551 *HM através da SPDM. O **presidente Adelino** comentou que para evitar conflito de interesse a conselheira*  
552 *que é representante dos prestadores e gestores e é responsável por esse prestador onde foi feita a*  
553 *visitação, nem ela e nem o conselheiro Umberto fizeram parte dessas diligências e nem do fechamento*  
554 *de qualquer processo. Citou que hoje, conversando com as comissões, qualquer pergunta sobre o*  
555 *prestador terá o pessoal da gestão desse prestador que se manifestará. O **conselheiro José Marques***  
556 *falou que gostaria de saber se nesse contrato, nesse convênio que tinha o Provisão e a Secretaria, ou seja,*  
557 *o município, se consta multas contratuais em respeito ao não repasse das verbas dos prazos previstos. O*  
558 **Sr. Manfredo Marcello - Controller Financeiro do Provisão**, esclareceu que existe um fluxo feito pela  
559 Prefeitura onde no fechamento do mês, que é feito até o quinto dia útil, é enviado o faturamento para a  
560 Secretaria de Saúde, a Secretaria de Saúde por sua vez processa até dia 20 esse faturamento fazendo as



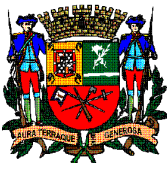
Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

15

561 devidas glosas ou não e a partir do dia 20 eles pedem as notas fiscais e a partir do evento da emissão das  
562 notas fiscais eles tem até 15 dias para aguardar esse pagamento, mas que isso nem sempre se dá dentro  
563 desse prazo exato. Citou que esse mês, no dia 24, pediram para ele a nota de oftalmologia, a princípio se  
564 fosse obedecido o rito deveria ter sido dia 20 e os pagamentos se dariam dentro da primeira quinzena.  
565 Afirmou que se tem uma dificuldade no atendimento aos prazos, porém no Contrato N° 441 a Secretaria  
566 pode pagar a eles em até 90 dias, mas essa questão ele precisaria de uma confirmação do COMUS para  
567 ver se isso é verdade ou não. Falou que o desembolso deles é a vista em razão de ter compromissos com  
568 o médico, com salário de funcionário, compra de medicamentos, compra de inservíveis, compra de  
569 material hospitalar, material de apoio a cirurgia onde tudo isso é pedido à vista e ele recebe, na melhor  
570 das hipóteses, em 45 dias. O **presidente Adelino** citou que se quiserem ter acesso ao contrato, tem tudo  
571 isso que foi falado, se olhar no artigo no item da cláusula sétima, 8.5, 8.6, 9.1, 12.3, 12.3.1, sendo um dos  
572 primeiros questionamentos na reunião da comissão com a Secretaria no dia 24/05, onde foi questionado  
573 o porquê da não aplicação do rito do contrato. Afirmou que se quiserem o acesso está a disposição na  
574 Secretaria. O **conselheiro Salvador Arnone** citou que na reunião com o Provisão pareceu que houve por  
575 parte da Secretaria, com a compra dos medicamentos e que foi falado que haveria uma economia de  
576 30%. Falou que a comissão de Orçamento e Finanças gostaria de ver essa comparação. Comentou que em  
577 relação ao Hospital Municipal, já foi passado definitivamente para eles essa parte do contrato, onde farão  
578 as consultas, o acompanhamento e a dispensação dos medicamentos. A **Vereadora Dulce Rita** perguntou  
579 ao gestor do Provisão se tem salário atrasado para os funcionários e para os médicos por conta desses  
580 prazos regidos por lei. O **Sr. Manfredo** esclareceu que possuem salários atrasados do pessoal e o salário  
581 referente ao mês de julho ainda não foi pago. Falou que foi feito uma solicitação junto a Secretaria de  
582 Saúde, onde houve o entendimento por parte da Secretaria de Saúde, e foi deferido por e-mail, mas que  
583 eles não assinaram esse acerto que seria mediante ao faturamento do hospital. Citou que a medida em  
584 que eles aumentassem o faturamento a renda média histórica se teria uma antecipação, onde essa  
585 antecipação seria proporcional ao valor faturado. Falou que se eles faturassem 80% eles teriam um  
586 adiantamento justamente para cobrir essa carência de atraso de salário de funcionários. O **presidente**  
587 **Adelino** comentou que como faz parte da comissão, ele viu no estoque uma quantidade razoável de  
588 colírio. Perguntou o que será feito com esses colírios. O **Sr. Manfredo** explicou que a primeira  
589 preocupação é o prazo de validade deles. Citou que essa aquisição foi justamente para suprir essa  
590 deficiência que tiveram e a ideia é tentar de alguma maneira repassar e transformar isso em caixa em  
591 razão de que possuem outros compromissos para cumprir. O **conselheiro Daniel Tineu** perguntou ao  
592 gestor do Provisão se na gestão anterior já havia atrasos desses pagamentos ou se começou agora. O **Sr.**  
593 **Manfredo** esclareceu que no Contrato N° 441 de 2017 os prazos estão sendo o que já foram citados,  
594 anterior a isso eles possuem duas notas que é de incentivo ao Glaucoma no valor de R\$ 25.978 mil cada  
595 uma, sendo uma de outubro de 2017 e outra de novembro de 2017. Afirmou que essas notas não foram  
596 pagas e são referentes ao contrato anterior. A **Sra. Ana Beatriz Hernandez** comentou que gostaria de  
597 fazer uma atualização dos dados desde que o serviço teve que ser migrado para o Hospital Municipal para  
598 que fique registrado o quantitativo de quem já foi atendido e o quanto já foi dispensado. Falou que  
599 iniciaram o mutirão de dispensação de colírio no dia 09/06, em ritmo de mutirão e finalizaram no dia  
600 04/07 com um total de 3.573 pacientes atendidos e foram dispensados 14.808 mil frascos de colírios, em



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

16

601 paralelo a isso já estava sendo organizado os atendimentos médicos, as consultas que foram iniciados no  
602 dia 25/06 até o dia 24/07 onde ela fechou esse levantamento, já foram atendidos 2.031 mil pacientes e  
603 estão sendo feitos os exames, as consultas e também pegando os colírios caso tenham sido dispensados  
604 parcialmente naquele primeiro momento, em razão de que estavam levantando todos os pacientes, eles  
605 possuem um total de 6.546 mil pacientes, os pacientes que passaram de novembro de 2017 até abril  
606 tinha que ter um quantitativo e eles não tinham recebido isso do prestador anterior, do Provisão, ou seja,  
607 eles tinham que ter um ponto de partida, sabendo que isso pode ser um número maior. Afirmou que eles  
608 irão atender todos os pacientes de Glaucoma que estavam no Provisão e os que de repente não estão  
609 sendo considerados nessa lista. Citou que de novembro até abril todos os pacientes estão sendo  
610 considerados e os que surgiram ou por terem abandonado o tratamento ou algum outro motivo, também  
611 serão atendidos. O **presidente Adelino** comentou que no dia que estiveram lá no HM o Dr. Marcos falou  
612 que já estavam conseguindo atender 80 consultas/dia. Agradeceu em nome das comissões os dois lugares  
613 em que eles fizeram a visita, onde os atenderam com a maior cordialidade, sem omissão de informações  
614 e ao Dr. Marcos e ao pessoal do Provisão com toda a sua equipe que forneceram documentos, onde tudo  
615 o que foi solicitado eles forneceram. O **conselheiro Paulo Macedo** comentou que foi anunciado dia 24 e  
616 está no site da Prefeitura que São José amplia oferta de consultas de oftalmo com clínicas credenciadas,  
617 ou seja, o credenciamento se mantém aberto desde março desse ano no Edital de credenciamento para  
618 clínicas oftalmológicas interessadas em atender os pacientes do SUS. Falou que gostariam de saber se já  
619 tem credenciamentos novos, se a demanda está sendo atendida e se há interesse. A **Sra. Ana Beatriz**  
620 **Hernandez** complementando a informação anterior falou que para atender mais rapidamente os  
621 pacientes que estavam desassistidos, os atendimentos previstos para agosto são 3.720 mil pacientes, ou  
622 seja, até completar o mês de setembro eles já fecham o ciclo inteiro e os pacientes que começaram a ser  
623 atendidos em junho já começam o ciclo novo em setembro para acelerar os procedimentos. Falou que a  
624 Secretaria se empenhou para não deixar esses pacientes desassistidos e foram feitos mutirões com a  
625 colaboração de todos os funcionários para que tudo isso ocorresse de uma forma mais tranquila. O  
626 **presidente Adelino** citou que gostaria de solicitar a Secretaria cópia da licitação desse credenciamento e  
627 com os valores para que o Conselho faça uma avaliação junto com as comissões. Citou que se tem ouvido  
628 e não se sabe se é real um comentário dos prestadores de que os credenciados possuem valores  
629 diferentes do que se tem no contrato de uma outra comissão de prestação de serviço. A **Sra. Gabriela –**  
630 **Gerente de Regulação do Provisão** comentou que os pacientes não deixaram de ser assistidos, todos  
631 tiveram consultas e exames realizados, onde a única coisa que aconteceu é que nem todos receberam o  
632 colírio na sua integralidade, mas todos tiveram assistência e o atendimento. O **conselheiro Paulo Macedo**  
633 afirmou que isso realmente consta no relatório e que realmente as consultas foram realizadas. O **Sr.**  
634 **Manfredo** falou que os profissionais que estão atendendo o pessoal do Glaucoma no Hospital Municipal  
635 são do corpo clínico do Provisão, e são pessoas de extrema competência. O **presidente Adelino** citou que  
636 o objetivo maior do Conselho é que o usuário seja bem atendido e que não seja desassistido. O **Dr. Othon**  
637 falou que gostaria de saber, até pela parte ética dessas transferências, como ficou a situação dos  
638 prontuários médicos do Provisão, em razão de que houve um pedido na Secretaria de Saúde para que  
639 fosse feito essa transferência dos prontuários médicos para o Hospital Municipal e como isso está. Citou  
640 que do ponto de vista ético, o prontuário médico é do paciente, ou seja, cada paciente teria que recolher





Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

17

641 seu prontuário através de um pedido e depois mandar para o outro prestador. Perguntou como está o  
642 andamento de tudo isso. A **Sra. Temi** comentou que foi ajuizado uma ação para a apresentação dos  
643 prontuários para não haver essa descontinuidade do tratamento, onde foi uma reclamação da equipe  
644 médica que precisava dos prontuários para a continuidade do tratamento e em razão de não terem  
645 conseguido via administrativa, eles precisaram ajuizar por recomendação do Ministério Público. Falou que  
646 essa ação cível é uma ação com obrigação de fazer, já foi deferida a liminar, o prestador de serviço já foi  
647 notificado imediatamente e a juíza deu 30 dias para fornecer o prontuário. Afirmou que a questão ética  
648 está superada e está resguardada judicialmente. O **presidente Adelino** perguntou quem vai pagar isso,  
649 em razão de que na Prefeitura, se for tirar cópia de protocolos, é preciso pagar a solicitação do que foi  
650 colocado. A **Sra. Temi** citou que o custo de xerox é uma questão menor diante da importância desses  
651 prontuários. O **presidente Adelino** afirmou que não importa o valor e sim quem vai pagar. O **Sr.**  
652 **Manfredo** comentou que em média, chega a 76 páginas por prontuário. Citou que começou a fazer um  
653 estudo e em média, pode se fazer 3 prontuários por hora, cada prontuário de 20 minutos com 1  
654 funcionário, fazendo isso, dividido por 6 mil, vai dar 250 dias, pode ser colocado mais pessoas e diminuir o  
655 prazo. Falou que isso tem um custo para o hospital, custo do xerox, custo de disponibilização de pessoal,  
656 já foi feito um estudo e eles já tem isso em mão, acredita que será oficiado algum documento para  
657 informar a todos qual é a despesa que terão em relação a isso. O **Dr. Othon** citou que ainda mantém a  
658 dúvida se o Conselho Regional de Medicina foi acionado sobre todo esse imbróglio, em razão de que ao  
659 que parece, o prontuário que tem no prestador Provisão provavelmente não trata somente do assunto  
660 Glaucoma, pode ter atendimentos de ginecologia, atendimentos de urologia e outros procedimentos que  
661 existem no Provisão. Perguntou se o Conselho Regional de Medicina foi acionado sobre isso e se ele deu  
662 um parecer. A **conselheira Flávia Fidalgo** comentou que ao invés de gastar uma fortuna com papel, toner  
663 e xerox, seria melhor digitalizar tudo, colocar em um Pen Drive ou em um HD externo, fornecer para a  
664 Prefeitura e eles já colocarem no sistema. O **presidente Adelino** falou que do mesmo jeito que a doutora  
665 achou um caminho via judicial, ele acredita que o Provisão também deve estar fazendo uma ação. Citou  
666 que acha que nem a Secretaria tinha noção desse volume de cópias que o juiz determinou para serem  
667 entregues. O **Sr. Manfredo** comentou que eles receberam essa notificação via juiz e o jurídico está  
668 avaliando essa questão junto com o CRM e para antecipar ele está fazendo esse estudo para ver a  
669 viabilidade disso. Citou que a questão da digitalização também leva tempo e custo, só que a digitalização  
670 é um pouco mais difícil, em razão de que iriam usar recurso próprio, ou seja, eles iriam pegar funcionário  
671 do Provisão para fazer isso e a digitalização seria preciso contratar uma empresa especializada para isso.  
672 Falou que não há negativa da parte do Provisão, apenas devem estar amparados legalmente, pois não  
673 podem desrespeitar o sigilo do paciente. O **conselheiro Carlos Eduardo** falou que quando se fala de um  
674 paciente que passa no hospital, ele tem o prontuário de Glaucoma, não é só do Hospital, ele também é  
675 um paciente do Centro de Reabilitação com uma equipe composta por quase 30 profissionais que seguem  
676 os parâmetros de ética de cada Conselho, ou seja, o que o Conselho Regional de Psicologia, CRP, o que o  
677 CREFITO vai trazer para a fisioterapia ocupacional, o que o COREN, o que o Conselho do Serviço Social  
678 com uma equipe de mais de 20 profissionais e esse paciente está com eles por 10, 12 ou 13 anos em  
679 tratamento. Citou que não é 1 prontuário, às vezes são 5 ou 6 prontuários, quando o Sr. Manfredo fala  
680 que são 70 páginas são 70 páginas de quem faz tratamento de Glaucoma, mas agora quem passa por mais



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

18

681 25 profissionais eles falam de um número que é muito mais extenso e que envolve outras questões, em  
682 razão de que ali terá informação de internação psiquiatra e por isso eles não podem fazer sem as devidas  
683 recomendações o que o Dr. Othon traz. O **presidente Adelino** perguntou se não há nenhum perigo ou  
684 risco dos Conselhos acionarem quem forneceu os prontuários futuramente. A **Sra. Temi** afirmou que  
685 sempre há risco, mas com a decisão judicial isso é resguardado. Falou que a preocupação é a ética do  
686 sigilo médico que envolve não só a situação do Glaucoma, mas todo tratamento, mas que a preocupação  
687 maior é a continuidade no tratamento do paciente. A **Vereadora Dulce Rita** citou que diante dessa  
688 dificuldade da remessa dos prontuários, poderia escalonar para as pessoas que se atende em agosto e é  
689 feito em agosto, ou seja, da um mês para fatiar esse problema, que pode ser resolvido facilmente em  
690 razão de que ela não vê nenhuma dificuldade. Falou que em relação a grande demanda de pacientes que  
691 estão indo para o Provisão e que não estão sendo atendidos em razão de que o NAC não autoriza.  
692 Perguntou como isso está em relação a cirurgia de catarata que está muito crítica por conta da demora  
693 por ter muita fila e se é o NAC que está no limite do Provisão para fazer os entendimentos ou se não  
694 estão mandando pacientes. A **Sra. Gabriela – Gerente de Regulação do Provisão** comentou que sobre a  
695 cirurgia de catarata o DRC está autorizando os pacientes do segundo semestre de 2017 para estar  
696 realizando o procedimento e o que às vezes se tem dificuldade mas que é pedido, é para liberar mais  
697 pacientes para realizar pré-operatório pois muitos começam a realizar pré-operatório só que por outras  
698 enfermidades e doenças eles acabam não ficando pronto para realizar o procedimento. Afirmou que eles  
699 possuem capacidade para realizar mais do que a demanda. O **Sr. Manfredo** citou que possuem por  
700 contrato 289 cataratas para serem realizadas por mês e eles tem capacidade para mais. Falou que em  
701 algumas conversas com o Secretário Adjunto Luiz Ricardo foi pedido que ele disponibilizasse mais  
702 pacientes, em razão de que tem esse problema quando o paciente chega para uma cirurgia mas está com  
703 a pressão alterada e ele acaba não fazendo e existe também um índice de desistência. O **presidente**  
704 **Adelino** falou que recebeu um memorando do Secretário Adjunto Luiz Ricardo falando que o prestador  
705 não está disponibilizando aquilo que está no contrato. Perguntou se o atraso de salário está interferindo  
706 nisso ou não. A **Sra. Gabriela – Gerente de Regulação do Provisão** esclareceu que estão com essa  
707 dificuldade de dinheiro e isso acaba atrasando o médico e isso retorna com falta de agenda. A **Sra. Ana**  
708 **Beatriz Hernandez** comentou que é muito claro a posição da Secretaria em relação ao paciente, ninguém  
709 está contra ou a favor do prestador de serviço, o papel deles é justamente atender e dar assistência ao  
710 paciente do SUS. Citou que a questão de ter a possibilidade da capacidade de atendimento é uma coisa,  
711 disponibilizar agenda, ou seja, para marcação e efetivação do procedimento, seja consulta, exame ou  
712 cirurgia, é outra. Falou que não está havendo a disponibilização de agendas, não houve em julho e não  
713 foi disponibilizado para agosto também, eles estão no dia 25, eles já teriam que ter essa agenda médica  
714 para poder convocar a tempo os pacientes para poder realizar seus procedimentos. Afirmou que não  
715 existe nenhuma questão contra ou a favor a nenhum prestador, a questão é o cuidado com o paciente. O  
716 **presidente Adelino** pediu ao conselheiro para que ele fizesse suas considerações finais para que se  
717 pudesse dar sequência. O **conselheiro Paulo Macedo** comentou que isso exposto seria o relatório das  
718 comissões, onde houve uma grande participação dos conselheiros juntamente com as comissões, eles  
719 encaminharão para o Pleno todas as sugestões levantadas e a documentação ficará junto com a Mesa e a  
720 disposição de qualquer conselheiro para qualquer dúvida ou qualquer argumentação que venha a surgir.



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 06 – 25/07/2018**

19

721 O **presidente Adelino** falou que como conselheiro, ele acha que Secretaria, prestador e Conselho  
722 deveriam achar um caminho melhor, para um melhor atendimento de quem está na ponta, ou seja,  
723 deixar de lado os empassos. Citou que ele e o restante dos conselheiros ficariam extremamente felizes se  
724 saísse um bom termo e esse assunto fosse resolvido da maneira mais rápida possível, onde se sabe que  
725 quem tem mais capacidade para resolver isso é a Secretaria. Relatou que há pedido de fala de dois  
726 conselheiros, do conselheiro Daniel Tineu e do Dr. Othon. Passou a palavra ao **conselheiro Daniel Tineu**  
727 que gostaria que a Secretaria informasse ao Conselho Regional de Fisioterapia Ocupacional as clínicas  
728 credenciadas no SUS, em razão de que algumas clínicas que já foram credenciadas não estão respeitando  
729 a Resolução N° 387/2011 que é de parâmetros assistenciais de quantidade e o tempo de seção. Falou que  
730 essas clínicas estão sendo notificadas e vão responder a processo ético no Conselho, em razão de que só  
731 pode atender dois pacientes a cada meia hora e elas estão atendendo, 6, 8 e até 10 pacientes. Citou que  
732 o Conselho se preocupa com o benefício à população e ao serviço prestado à população. Afirmou que o  
733 Conselho irá pegar firme em cima da Resolução com os profissionais para garantir a qualidade do serviço  
734 prestado a população. Comentou que na questão de prontuário isso também se encaixa, em razão de que  
735 a demanda onde são atendidos de 6 a 10 pacientes a cada meia ou uma hora, eles não fazem um  
736 prontuário adequadamente. Falou que também vão ser notificados e também vão responder a processos  
737 éticos dentro do Conselho. Citou que é preciso entender que o Conselho está para fiscalizar o profissional  
738 e não para defender o profissional e também para garantir, a qualidade do serviço prestado à população.  
739 Falou que gostaria que a Secretaria de Saúde informasse ao Conselho quantas clínicas credenciadas de  
740 fisioterapia ou de terapia ocupacional que atendem o sistema público, para que possam fazer um  
741 trabalho, para que respeitem essa Resolução. Passou a palavra ao **Dr. Othon** que relatou que dia 27 de  
742 julho é aniversário de São José dos Campos e por coincidência também é o dia do pediatra e  
743 cumprimentou a todos os pediatras com uma salva de palmas. O **presidente Adelino** finalizando,  
744 agradeceu a paciência e a colaboração de todos. Não havendo nada mais a se falar, a reunião foi  
745 encerrada às 18h14min.